

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE SECRETARIA DE GOVERNO

Praça Raul Gomes de Abreu,200 — Centro — Centro — Piedade — SP CEP — 18.170-000 — Telefone (15)3244-8400 E-mail: gabinete@piedade.sp.gov.br

Ofício SEG. 141/2024

Piedade/SP, 10 de julho de 2024.

Ref.: Requerimento n. 122/2024

Autoria: Vereador Caio Cezar da Silva Martori

**Excelentíssimo Presidente:** 

Em atenção ao requerimento nº 122/2024, de autoria do Ilmo. Vereador Caio Cezar da Silva Martori (PSDB), encaminhamos as informações e manifestações reunidas pela Assessoria Jurídica.

Valemo-nos do ensejo para renovar a Vossa Excelência, assim como aos nobres dignos Vereadores que honram e dignificam esta Egrégia Casa Legislativa, a nossa manifestação de elevado apreço e consideração.

Respeitosamente,

GERALDO PINTO DE Assinado de forma digital por GERALDO PINTO DE CAMARGO CAMARGO FII HO:25541713862 FILHO:25541713862 Dados: 2024.07.17 14:45:01

**GERALDO PINTO DE CAMARGO FILHO** 

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor **Wandi Augusto Rodrigues** DD. Presidente da Câmara Municipal de Piedade NESTA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE SECRETARIA DE GOVERNO

Praça Raul Gomes de Abreu,200 — Centro — Centro — Piedade — SP CEP — 18.170-000 — Telefone (15)3244-8400 E-mail: gabinete@piedade.sp.gov.br

Piedade/SP, 17 de julho de 2024.

## **Exmo. Prefeito Municipal**

REF.: REQUERIMENTO Nº 122/2024. QUESTIONA A REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N. 4.834/23.

Trata-se de resposta ao requerimento nº 122/2024, de autoria do Ilmo. Vereador Caio Cezar da Silva Martori (PSDB), formulado nos seguintes termos:

- 1) A Prefeitura editou Decreto Regulamentando a Lei Municipal nº 4.834, de 19 de outubro de 2023?
- 2) Foram feitos os laudos pela Comissão de Avaliação de Imóveis para fixação do preço a ser pago pela utilização onerosa com cobrança de ingressos? Se sim, favor enviar cópia. Se não, por qual motivo?

Em atenção à solicitação acima reproduzida e com base nas informações levantadas, esclarecemos que a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer já iniciou os estudos prévios para a regulamentação da referida lei.

Esses estudos abrangem, em especial, a (im)possibilidade de variação do valor a ser cobrado pelo uso dos espaços, considerando a natureza dos eventos — se exclusivamente particulares ou de interesse público cultural. Tão logo esses estudos sejam concluídos, o expediente será encaminhado para avaliação e posterior edição do decreto regulamentador pelo Poder Executivo.

Sem mais para o momento, renovamos votos de estima, consideração e respeito.

Atenciosamente,



CAROLINE AP. ESCANHOELA
OAB/SP 423.813
Assessora Jurídica